

O ano terminou bem

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

No feriado de 12 de outubro de 1977, o Palácio do Planalto amanheceu protegido por soldados e atiradores de elite em posições estratégicas. O presidente da República decidira exonerar seu ministro do Exército, Sylvio Frota, que era contrário ao processo de abertura lenta e gradual na política brasileira. Naquele dia, ocorreu o confronto decisivo entre os partidários da democracia e os defensores do regime fechado conduzido pelos militares.

Geisel enviou emissários ao Aeroporto de Brasília, onde ocorreu uma curiosa disputa entre generais. Uns foram convencidos a ir para o quartel general do Exército, outros, para o Palácio do Planalto. O presidente venceu o confronto, determinou a exoneração de seu ministro do Exército, que foi substituído pelo general Fernando Bethlem. Esse lance pavimentou o caminho para o general João Baptista Figueiredo subir a rampa do Planalto e promulgar a anistia. Coube aos integrantes da chamada linha dura amargar a derrota, cuidar das feridas e resmungar no fundo da cena política.

Os perdedores se espalharam pela babel brasileira. Uns se envolveram com o negócio das drogas, que, no fim dos anos setenta, passou a ter maior presença no Brasil. Os jogos de azar atraíram alguns, outros decaíram para o grupo de ladrões profissionais do erário e milicianos que infestaram áreas não protegidas pelos governos locais e nacional. Sindicatos de crime, sequestradores, traficantes de armas e drogas encontraram mão de obra qualificada para desenvolver seu trabalho. As milícias tomaram conta

do cenário político em vários estados e, em especial, no Rio de Janeiro.

Militares indignados sempre houve. O jovem militar Jair Bolsonaro foi punido por tentar colocar bomba no quartel por causa de baixos salários. Ele sempre se manifestou contra a anistia. Esse tipo de pensamento persiste, latente, entre militares. Ou seja, há quem, até hoje, seja contra a anistia de junho de 1979. Essa posição implica não admitir a convivência pacífica dos antagonistas no mesmo espaço político. Jair Bolsonaro é a síntese dessa turma. Seu braço direito no governo foi o general Augusto Heleno, ajudante de ordens do general demitido naquele outubro de 1977.

Quem tem memória vai lembrar que o então ministro do Exército Sylvio Frota apresentou ao país, em 1977, uma lista de 98 comunistas que estariam no governo federal. Uma provocação ao presidente Geisel. O terceiro nome na relação era o de Dilma Rousseff. Mais de 40 anos depois, a extrema direita sucedeu à extrema esquerda. Os sucessores da linha dura militar, aqueles que eram contra a abertura democrática e a anistia, assumiram o poder. Bolsonaro, capitão sem nenhuma qualificação profissional, foi um presidente que dirigia reuniões ministeriais aos palavrões. Não conseguiu colocar de pé nenhum programa de governo. Destruíu o que havia antes.

A bagunça verificada em Brasília no dia em que Lula e Alckmin foram diplomados foi o primeiro capítulo. Um grupo de vândalos, bem instrumentados, tentou invadir a sede da Polícia

Federal. Incendiou veículos de todos os tipos e tamanhos. A polícia assistiu a esse espetáculo sem mover um músculo. No fim, reuniu os insurgentes e dispersou o grupo. Ninguém foi preso. O golpe já estava em marcha. Depois, a partir dos acampamentos na frente do quartel do Exército, o movimento evoluiu para o golpe de estado profundo com a invasão do Palácio do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal.

A história do golpe de Estado que colocaria no poder militares comprometidos com uma ditadura tem origem e apoio de uma turma fardada. Porém, há dois grupos dentro da caserna que lutam pelo poder. Um que pretendia manter o regime fechado, sem eleições, com restrições aos direitos humanos. O outro queria o retorno à democracia, com congresso aberto e plena liberdade de imprensa. A disputa entre os dois grupos atravessou os últimos 60 anos. Tornou-se clara no dia 8 de janeiro.

A festa deste fim de ano foi bonita. O ministro Luís Roberto Barroso rememorou os fatos ocorridos em 8 de janeiro. O regime balançou, mas não caiu. A jovem democracia brasileira resistiu. Há heróis nesse duro episódio da história política brasileira. No Congresso, governistas e opositoristas comemoraram, na semana passada, a aprovação da Reforma Tributária. Os divergentes ocuparam o mesmo espaço político. O regime precisa ser oxigenado de tempos em tempos para resistir e se perpetuar. O ano de 2023 terminou bem. Os insurretos estão presos ou digerindo o tamanho da derrota. Mas, essa luta não terminou.

A rota da bioeconomia na Amazônia

» LUIZ AUGUSTO BARRETO ROCHA
Advogado e presidente do Conselho Superior do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam)

A Amazônia é o maior bioma brasileiro em extensão, um território com mais de 28 milhões de habitantes, incluindo 600 mil indígenas. Uma região muito importante, na qual é possível conciliar a floresta e a geração de renda com a conservação ambiental.

De acordo com informações recentes do Banco Mundial, essa área pode gerar R\$ 1,5 trilhão por ano — cerca de sete vezes mais do que o lucro gerado pelas formas atuais de exploração do bioma. Essa avaliação, que supõe investimentos significativos, destaca a importância econômica da conservação da floresta em comparação com as práticas de exploração atuais, evidenciando um incentivo econômico para estratégias mais sustentáveis e preservacionistas na região.

O mote está no despertar de talentos e ideias para impulsionar a bioeconomia e o empreendedorismo de impacto. Com relação aos negócios estabelecidos — por exemplo, nos Programas Prioritários de Bioeconomia da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) —, o desafio é superar os obstáculos do mercado emperrados pela infraestrutura precária. Focar nesse propósito serve como elemento mobilizador de atores ainda dispersos, para superar os desafios da floresta inatingível. Implementar tais programas criará um ciclo virtuoso de inovação, empreendedorismo e sustentabilidade na região.

Dados da formação do PIB no último ano mostram que a participação de produtos originados na Floresta Amazônica e da sua biodiversidade representam apenas 0,17% do total das exportações brasileiras. No entanto, de acordo com o Ministério da Fazenda, com o estímulo à bioeconomia, é possível ampliar essa participação para 2%. Acreditamos que há muito por ser feito, pois outros dados reforçam essa previsão, como os estudos da Associação Brasileira de Bioinovação (ABBI) que mostram a bioeconomia com potencial de gerar US\$ 284 bilhões por ano até 2050.

No Brasil, a bioeconomia gera um PIB de R\$ 12 bilhões para a região da Amazônia Livre. Com investimentos adicionais, o PIB seria, pelo menos, de R\$ 38,5 bilhões em 2050, criando 833 mil empregos. Esses dados são provenientes da pesquisa Nova economia da Amazônia, desenvolvida pelo WRI Brasil, instituto global de pesquisas em sustentabilidade, em parceria com 76 especialistas de instituições científicas brasileiras.

São métodos orgânicos e ecológicos direcionados para soluções locais, baseadas na variedade, na reutilização de recursos materiais e energéticos, na diminuição do uso de insumos agroquímicos e na redução da dependência de fontes externas de energia, sem sequer considerar a hipótese de queimadas ou pastos, não cometendo a trajetória de destruição que aconteceu em outros biomas.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a bioeconomia movimenta no mercado mundial o equivalente a 2 trilhões de euros e gera cerca de 22 milhões de empregos. Estudos da organização apontam que a bioeconomia responderá, até 2030, por 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos seus países-membros.

Para efetivar os benefícios da bioeconomia na Amazônia, deve-se levar em consideração a multiplicidade de ocupações na região e a ampla diversidade de territórios e populações tradicionais, considerando o conhecimento e o uso dos recursos biológicos, bem como as principais vocações econômicas dessas áreas.

Assim, aliar os conhecimentos tradicionais aos científicos é o ponto de partida para uma bioeconomia inclusiva, ampliando a grande estrutura industrial que existe em Manaus para interiorizar o desenvolvimento na Amazônia profunda, com um respeito às comunidades e aos modos de vida locais.

A Amazônia, com a sua rica biodiversidade, apresenta uma fonte quase inexplorada de potencial econômico e sustentabilidade. Por isso, há a necessidade de investimentos na direção de novas atividades econômicas. A chave para o sucesso envolve pesquisa e desenvolvimento contínuo, investimentos em ciência, tecnologia, biotecnologia e uma colaboração estreita entre comunidade científica, indústria e governos locais.



Como sofre quem faz Brasília funcionar

» WÍLON WANDER LOPES
Presidente da Confraria dos Cidadãos Honorários de Brasília e membro emérito da Academia de Letras de Brasília

Como todos sabem, quando as primeiras construtoras chegaram ao Planalto Central, visando a hercúlea tarefa de construir Brasília, não havia moradores fixos no inóspito Cerrado. Atendendo ao chamado do obstinado presidente Juscelino Kubitschek, pouco a pouco foram chegando aqui brasileiros de todos os rincões da pátria, buscando ganhar dinheiro e voltar para suas terras de origem.

A maioria veio sem a família, para não correr risco maior, até porque aqui faltava tudo. Muitos iam namorar nas vizinhas cidades goianas. Os palácios e a infraestrutura monumental, em construção, colidiam com a humildade dos candangos, vários sem saber qualquer coisa da profissão de construtor. E, sem nada, sem conhecer ninguém, muitos deles arrependidos de terem vindo, sem condições de voltar, sofriam muito.

Logo depois, também vieram, forçados, os funcionários públicos federais, mais os senadores, deputados e ministros, acostumados à boa vida que tinham na Cidade Maravilhosa, o espetacular Rio de Janeiro, que hospedava, então, a capital federal.

Tendo que trabalhar e viver num descampado, a contrariedade deles era tanto que tais funcionários federais (e até as amantes de alguns políticos) enchiam os aviões de Brasília para suas terras de origem, todas as sextas-feiras, voltando na segunda ou na terça, chateados por terem que voltar. Outra baita má energia!

Pela força da gente brasileira, que tem fama de não desistir, Brasília se firmou, é hoje uma cidade

consolidada. O tal Plano Piloto, nome bonito para o barulhento canteiro de obras, até homenagem ganhou o título de Patrimônio da Humanidade, da Unesco. Com as pessoas que aqui ficaram, muitas delas porque voltariam mais pobres, Brasília ganhou até o gentílico que nos orgulha: somos brasilienses!

Mas uma outra forma de energia negativa continua a fazer sofrer os cidadãos e cidadãs que permitem que a nova capital funcione: o caríssimo, complicado e danoso transporte dos moradores do Distrito Federal e das cidades goianas e mineiras fronteiriças de Brasília, onde tem emprego.

Todos os dias, a partir das cinco horas da manhã, milhões de pessoas são obrigadas a saírem de suas casas e se transportarem até o Plano Piloto, onde funciona, de fato, a capital federal. E vêm em ônibus sujos, atrasados, lotados, cheios de gente amassando uns aos outros. As mulheres, coitadas, sempre se defendendo.

E, à noite, o sofrimento se repete, todos os dias, gerando orações para que, no dia seguinte, a coisa ruim não piore, não haja acidentes de percurso. Ou seja, sofrem muito quando a coisa funciona. E mais ainda quando não funciona... E se a chuva cair, ai!

A propósito, houve o caso de um ônibus queimado em Valparaíso, há poucos dias, o que fez com que as pistas ficassem interditadas, deixando os frustrados passageiros muito chateados. Outro fato recente aconteceu com os ônibus da empresa Marechal, que amanheceram na garagem,

alegando falta de gasolina. Metade da frota deixou de rodar, prejudicando milhares de passageiros e centenas de empresas de Brasília, onde eles trabalham. Em novembro, os rodoviários entraram em greve, alegando salários atrasados e a péssima condição em que os ônibus se encontravam.

E quem usa carro próprio, além de gastar muito com a gasolina, etc e tal, enfrenta constantes engarrafamentos. Assim, não há ninguém que chegue ao Plano Piloto sem estar cheio de raiva pelos apuros passados na estrada e pela angustiante e diária perda de tempo, todos os dias. Essa energia não faz bem a quem trabalha e vive em nossa cidade.

A Rodoviária do Plano Piloto, por onde passa grande parte desses passageiros, buscando outros ônibus para chegar ao seu destino, fica muito perto da Praça dos Três Poderes, onde funciona, de fato, a capital federal. Os passageiros olhando para a Esplanada dos Ministérios, colocam a culpa do seu sofrimento nos políticos que vêm de longe, mas que da rodoviária tão perto estão. Uma hora destas, tantos revoltados sofredores podem sair da rodoviária e, a pé, unidos e determinados, ir lá reclamar...

Por tudo isso, é preciso que esse problema seja encarado como prioridade absoluta, tanto pelo governo distrital quanto pelo governo federal, ambos também sofrendo muito com o problema dos seus servidores (e haja atestado médico para justificar tantas faltas). Os hospitais estão cheios e falta atendimento. É essa gente que faz Brasília funcionar.